

## **Itinerários da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento local no Brasil<sup>1</sup>**

Maria Salett Tauk SANTOS<sup>2</sup>

Angelo Brás Fernandes CALLOU<sup>3</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar a comunicação para o desenvolvimento, desde a criação desse campo de estudo até as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XXI. Para traçar os itinerários atuais, consideramos as dissertações produzidas nos 10 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex, 2005-2014), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e os trabalhos apresentados nos cinco anos de funcionamento do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local – 2009-2013, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom. A análise contempla sete categorias: Extensão Rural, Extensão Pesqueira, Ruralidades; Mídias no Desenvolvimento Local e Regional; Culturas Populares Contemporâneas; Políticas Públicas e Comunicação para o Desenvolvimento; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Cibercultura; Comunicação e Juventude; e Sustentabilidade Ambiental no Desenvolvimento Local e Regional.

**Palavras-chave:** Comunicação; Desenvolvimento local; Pesquisa; Extensão Rural.

### **Introdução**

A comunicação para o desenvolvimento, voltada em sua origem aos contextos rurais brasileiros, esteve historicamente atrelada às políticas públicas do Estado. A preocupação fundamental dessas políticas era a de tirar as populações rurais de um estágio considerado “atrasado”, do ponto de vista do desenvolvimento, para um estágio de modernização tecnológica da agricultura. O papel da comunicação nesse processo era o de induzir o desenvolvimento via modernização dos contextos rurais. A crítica teórica a esse modelo (FREIRE, 1979; BELTRÁN, 1981; BORDENAVE, 1978) não foi suficiente para sedimentar uma comunicação para o desenvolvimento capaz de enfrentar as transformações operadas pelos processos de globalização e suas implicações no desenvolvimento local.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Associada IV da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Doutora em Ciências da Comunicação. email: mstauk@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Doutor em Ciências da Comunicação e Coordenador do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). email: abcallou@gmail.com

No Brasil, a noção de comunicação para o desenvolvimento local surge nos anos 1990, a partir das interações acadêmicas entre pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da Universidade de Sherbrooke, no Canadá. O esforço teórico dos pesquisadores da UFRPE foi no sentido de aproximar o desenvolvimento local, enquanto processo de aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas locais, dos contextos populares rurais brasileiros desfavorecidos. A comunicação neste âmbito torna-se, portanto, um instrumento viabilizador de um fórum local, com a capacidade de definir e gerar localmente políticas de desenvolvimento e de construção da cidadania (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995).

Nessa perspectiva, foram criados o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) na UFRPE, em 2004, e, em 2009, o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). O objetivo deste trabalho é analisar a comunicação para o desenvolvimento, traçando uma trajetória, desde a criação desse campo de estudo, até as transformações contemporâneas das primeiras décadas do século XXI.

Para traçar os itinerários atuais, vamos considerar os 10 anos de existência do Posmex e os cinco anos de funcionamento do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (GP). A análise contempla sete categorias elaboradas a partir dos temas abordados nas dissertações do Posmex, no período 2005-2014, e nos trabalhos apresentados no GP, entre 2009 e 2014. Os temas são: *Extensão Rural, Extensão Pesqueira, Ruralidades; Mídias no Desenvolvimento Local e Regional; Culturas Populares Contemporâneas; Políticas Públicas e Comunicação para o Desenvolvimento; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Cibercultura; Comunicação e Juventude; e Sustentabilidade Ambiental no Desenvolvimento Local e Regional.*

Para compreender as mudanças nas pesquisas no campo da comunicação para o desenvolvimento local nessas primeiras décadas do século XXI, é necessário analisar as transformações que engendraram o cenário contemporâneo: o avanço das tecnologias da informação e comunicação, as novas concepções sobre o território rural, o debate sobre a sustentabilidade ambiental, e a concepção atual de desenvolvimento voltada para o local. Antes, porém, faremos uma breve retrospectiva da comunicação para o desenvolvimento, dentro do modelo desenvolvimentista. Marco dos estudos nesse campo da comunicação.

## **1. Comunicação para o desenvolvimento no modelo desenvolvimentista**

O modelo de comunicação para o desenvolvimento no Brasil surge a partir da década de 1940, com a criação dos serviços de Extensão Rural pelo Governo brasileiro. O Estado, objetivando viabilizar a política modernizadora no campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e

Michigan, contando com o apoio de organizações internacionais, como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller, a Fundação Kellogg, entre outras (TAUK SANTOS, 1994).

Através de um sistema organizacional articulado em todo o território nacional, capitaneado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) – depois Empresa Brasileira de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) –, o Governo cria um sistema de Comunicação Rural, segundo os preceitos do manual Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola, de Willy Timmer (1954), que recomendava “persuadir as populações rurais a aceitar a nossa propaganda.” Referia-se às informações tecnológicas que a gente, ocupada em atividades agrícolas, deveria incorporar para que as mudanças sociais acontecessem na direção pretendida: a modernização do campo (TAUK SANTOS, 2000).

Nesse modelo de desenvolvimento induzido, a comunicação aparece como a viabilizadora das políticas modernizadoras do Estado, que incorpora a tarefa de promotor e provedor do desenvolvimento nacional. A influência do modelo difusionista modernizador, na comunicação para o desenvolvimento no ensino técnico e na pesquisa acadêmica, acha-se refletida, à época, nos livros publicados no Brasil voltados para a difusão de inovações, como *Comunicação das Novas Ideias*, organizado por Gordon Whiting e Lytton Guimarães (1969); *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento*, lançado em 1971, pelo professor José Marques de Melo; e a obra *Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil*, organizada igualmente pelo pesquisador José Marques de Melo, em 1976. Esta última é emblemática da abordagem teórica da difusão de inovações no Brasil, como assinala Callou (1999), pois ajudou, juntamente com os cursos de mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS), da Universidade Federal de Viçosa (MG), e o curso de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a construir e consolidar a perspectiva de difusão de inovações na Comunicação Rural no país. Tendência que se irradia para os cursos de graduação das Ciências Agrárias e da Comunicação.

A principal crítica ao modelo difusionista vem de Paulo Freire (1979, p. 23) no seu livro *Extensão ou Comunicação?* Retrucando a postura persuasiva, subjacente ao modelo difusionista estatal, ele afirma: “a nós não é possível persuadir a aceitarmos a persuasão como ação educativa... nem aos camponeses, nem a ninguém se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora.”

A proposta de Freire, consolidada na Comunicação Rural na década de 1970, através dos estudos de Juan Díaz Bordenave (1978), Horácio Martins (1980), João Bosco Pinto (1978), entre outros, fundamenta-se, segundo o próprio Freire (1979), numa “opção libertadora,” cujo sentido é a

problematização da situação concreta, objetiva, real dos homens para que esses homens, captando a sua realidade de maneira crítica, sejam capazes de atuar sobre essa realidade para transformá-la.

É importante assinalar a perspectiva revolucionária na proposta de Paulo Freire, que vinha ao encontro da América Latina dos anos 1970: um continente oprimido pelas ditaduras militares, pelo imperialismo econômico e cultural e pela opressão vivida pelos operários e camponeses nas mãos das elites econômicas do país.

Duas correntes teóricas distintas, portanto, norteiam a trajetória dos estudos e das práticas da comunicação para o desenvolvimento nessa fase: o difusionismo modernizador, consolidado desde a década de 1960, constituído pelos postulados teóricos funcionalistas de David Berlo, Everett Rogers, Wilbur Schramm, Daniel Lerner, entre outros (TAUK SANTOS, 1994); e a corrente da Comunicação Rural participativa, fundamentada na interpretação estrutural marxista do belga Armand Mattelart (1976), voltada para o estudo da dominação ideológica-imperialista exercida pelos meios de comunicação de massa, e a proposta contida na pedagogia de Paulo Freire, voltada para a participação popular (TAUK SANTOS, 2000).

Os anos 1980 foram fundamentais para engendrar o cenário empírico e teórico em que se move hoje a comunicação para o desenvolvimento. Na prática, a flexibilização dos regimes autoritários, com a queda das ditaduras na América Latina, particularmente no Brasil, faz com que o Estado brasileiro incorpore o discurso freiriano da participação popular na Comunicação (TAUK SANTOS, 1994). É importante salientar, que essa postura não representou uma ruptura com o modelo difusionista modernizador, entretanto é visível o esforço e mobilização de professores e pesquisadores no sentido de alinhar a comunicação para o desenvolvimento à perspectiva de uma comunicação dialógica e participativa. Destaca-se a influência freiriana nos trabalhos de Luis Ramiro Beltrán (1981), Juan Díaz Bordenave (1978) e João Bosco Pinto (1978).

No esforço de aproximar a Comunicação para o desenvolvimento das abordagens teóricas contemporâneas, ressalte-se o papel da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que sempre constitui um importante espaço para o debate de novas ideias para o ensino e a pesquisa nesse campo. Assim, a Intercom elegeu a Comunicação Rural como tema de seminários, no âmbito de congressos nacionais, como tema central de seu congresso anual; a criação em 1988 do GT Comunicação Rural e, mais recentemente, em 2009, criou o GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local.

Tais espaços possibilitaram que circulasse, numa esfera nacional, o que acontecia de inovador na comunicação para o desenvolvimento, no espaço das escolas e nos programas de pós-graduação. É nessa perspectiva que são incorporados temas emergentes, como a ecologia, a participação popular, os estudos de recepção na perspectiva dos estudos culturais, as tecnologias da

informação e comunicação, entre outros. Alguns desses temas foram publicados em livros pela Intercom, como *Estudos de Comunicação Rural* (1988), organizado por Miguel Ângelo da Silveira e João Carlos Canuto, *Comunicação Rural, Discurso e Prática* (1993), organizado por Geraldo Magela Braga e Margarida Krohling Kunsch; *Comunicação Rural e o Novo Espaço Agrário* (1999), organizado por Angelo Brás Fernandes Callou; e *Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local* (2002), também organizado pelo mesmo autor.

As mudanças que engendraram os novos sentidos do desenvolvimento nos anos 1990 têm na globalização um dos seus principais referentes. A globalidade, como assinala Thornton (2006), inclui muitas dimensões, como a tecnológica, a econômica, cultural, político-institucional e ambiental, que tem como referente político o modelo democrático, e no domínio econômico, a ideologia capitalista. Trata-se de um movimento de integração cultural econômico, como assinala M. Sili apud Thornton (2006, p. 31), provocado pela revolução tecnológica das comunicações e transportes, a consolidação do capitalismo e o ajuste estrutural sobre os sistemas econômicos em escala global. Os sistemas econômicos centraram-se na liberalização da economia, na desregulamentação dos mercados, na redução do Estado, na confiança do papel dos mercados como avaliadores de recursos e na crença de que o crescimento econômico garantiria necessariamente seus benefícios ao conjunto da sociedade (THORNTON, 2006).

As ideias neoliberais encontraram na América Latina dos anos 1990 e particularmente no Brasil, recém-saídos de regimes ditatoriais, um terreno fértil para os argumentos sobre a necessidade de recuo do Estado das atividades essenciais, por ser considerado assistencialista e pouco eficaz na gestão de questões propulsoras de desenvolvimento.

As políticas de Estado no Brasil aderiram, portanto, como assinala Thornton (2006, p. 32), às orientações neoliberais de “desregulação dos mercados de trabalho e financeiro, privatização da política salarial, transferência ao setor privado da titularidade do patrimônio público, procurando ser bom pagador da dívida pública.”

O novo papel do Estado no desenvolvimento, como assinala Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 37-38), passa

de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais e não governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação, *primus inter pares*.

Assim, o processo de descentralização do Estado traz para a agenda das políticas estatais a busca de parcerias e um maior envolvimento da sociedade civil no controle das ações governamentais. É nesse sentido que são criados o Programa de Combate à Miséria e à Fome (PCMF 1993), e o Programa Comunidade Solidária, em 1996, cuja proposta era dar continuidade ao

PCMF, voltado às ações de articular, coordenar e potencializar as iniciativas dos Governos federal, estadual e municipal no combate à pobreza (DRAIBE apud CALLOU; TAUKE SANTOS, 2008).

Dentro desse mesmo espírito de parceria, o Estado mobiliza a sociedade civil para participar da gestão de Governo, com a criação dos conselhos municipais de desenvolvimento, com a função de planejar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros, repassados pelos Governos federal e estadual, para implementação de políticas públicas municipais. Criam-se igualmente programas voltados ao desenvolvimento rural, cuja operacionalização requer a participação das comunidades envolvidas, como o Programa de Crédito para Reforma Agrária (Procerá), e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros (DRAIBE apud CALLOU; TAUKE SANTOS, 2008). No afã de combater a pobreza rural, a política de comunicação do estado neoliberal descentralizador se constrói pela mobilização para a participação em contextos sociais pobres e excluídos do meio rural, pautada no incentivo ao associativismo, à participação comunitária, nos conselhos de desenvolvimento municipal (CALLOU; TAUKE SANTOS, 2008).

Nesse cenário, o ensino da comunicação para o desenvolvimento rural volta-se à formação para a construção da participação e para o fortalecimento das organizações em contextos populares. O argumento das políticas públicas governamentais e não governamentais defende a construção da gestão participativa no âmbito municipal. As estratégias de comunicação são erigidas para viabilizar ações, como promover o empoderamento das associações populares, compreendido como ação que possibilita às associações melhorarem a capacidade individual e coletiva para atuar no cenário público; fortalecer as lideranças municipais; articular parcerias com organizações governamentais, não governamentais e população local; além de viabilizar ações permanentes de capacitação e assistência técnica para a população dos contextos rurais envolvidos no processo de desenvolvimento (CALLOU; TAUKE SANTOS, 2006).

Feito o balanço do desenvolvimento do Estado neoliberal, os anos 1990 foram considerados a década da exclusão, manifesta pelo aumento da pobreza rural e pela precariedade de acesso da população pobre do campo, entre outros, à terra, à moradia, à educação, à comunicação (TAMOYO apud THORNTON, 2006). No que se refere à comunicação para o desenvolvimento rural, tanto o modelo governamental, preocupado em transformar as comunidades rurais locais no sentido de conectá-las a um modelo de desenvolvimento mais global, quanto o modelo praticado pelas ONGs, voltado a incrementar a participação local para enfrentar os efeitos do modelo governamental neoliberal, não foram capazes de sedimentar uma proposta de desenvolvimento local. Um modelo que garantisse, além de espaço de democratização política, instrumentos que promovessem uma racionalidade econômica produtiva apoiada em possibilidades locais (TAUKE SANTOS; CALLOU, 1995).

## **2. As tecnologias da informação e comunicação**

A crise operada pela tecnologia, pelo aceleração dos processos de globalização da economia, as políticas neoliberais e suas consequências, como a crise do desemprego e do Estado-providência e dos efeitos desastrosos do modelo modernizador sobre o meio ambiente colocaram, como assinala Tauk Santos (2002), novos desafios ao desenvolvimento rural.

As primeiras aproximações do pensamento comunicacional para o desenvolvimento com as novas tecnologias da informação e comunicação se iniciaram em meados dos anos 1990, com a criação do projeto de pesquisa Comunicação Rural e Era tecnológica, no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), influenciado pelos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Nova teoria da Comunicação (NTC), coordenado pelo Prof. Ciro Marcondes Filho, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CALLOU, 2014). O que esse projeto pretendia, em última instância, era estudar os impactos da TICs no cotidiano das populações rurais. Tal perspectiva, por seu turno, influenciou a produção científica no âmbito da Intercom, particularmente no Grupo de Trabalho Comunicação Rural, 1994-2000 (CALLOU, 1998; 2002), e representou o ponto de partida para a abordagem da Comunicação para o Desenvolvimento incorporando temas como a inclusão digital, cibercultura e convergência midiática (TALK SANTOS, 2009; CALLOU; TALK SANTOS, 2014). Essa vertente virá assumir uma importância materializada, principalmente, com a criação do Grupo de Trabalho em Comunicación, Tecnología, Desarrollo da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC) (CIMADEVILLA, 2002, 2004, 2008), com a criação do Posmex e, mais recentemente, com a criação do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local da Intercom.

A nova abordagem de Comunicação para o Desenvolvimento incorpora ainda as concepções contemporâneas sobre o espaço rural, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas num mesmo território agrário, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento local.

## **3. O novo rural**

O debate sobre o novo rural no Brasil contemporâneo tem dois aspectos fundamentais: um associado a uma nova compreensão do território rural e outro que refere as novas atividades e os novos modos de vida. Para Eli da Veiga (2012), o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios brasileiros que abrigam 30% dos habitantes, utilizando critérios do número de habitantes combinado com a densidade demográfica. O autor considera que só existem cidades de 455 municípios do Brasil urbano. O Brasil rural é composto de 4.485 municípios formados por vilarejos e vilas. Outro dado relevante que configura a importância do rural brasileiro contemporâneo é o fato de ter ocorrido um aumento populacional de 31,3% em um quarto desses

municípios. Na avaliação de Eli da Veiga (2012, p. 36), isto é suficiente “para que se rompa com a visão de que o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando.” Para o autor, a importância dessas constatações é compreender que o futuro desse Brasil rural depende de articulações capazes de diagnosticar as vocações do território e formular um plano de desenvolvimento microrregional, com apoio das esferas governamentais, no sentido de construir o desenvolvimento sustentável do Brasil rural (VEIGA, 2012).

O segundo aspecto se refere às atividades produtivas e ao modo de vida das populações rurais. A mundialização da cultura massiva, respaldada pela tecnologia, tem cada vez mais homogeneizado a forma de as populações rurais darem sentido às suas vidas no trabalho, como no lazer, na saúde, na educação, e até na fé, através do consumo (TAUK SANTOS, 2002).

O forte processo de urbanização a que está submetido o espaço rural suscita a necessidade de ampliar, como enfatiza José Graziano (1993, p. 11), o rural

para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do ambiente, etc.) e de bens não agrícolas, como, por exemplo, moradia e artesanato, incluindo aí também as formas modernas de trabalho em domicílio.

#### **4. Sustentabilidade ambiental**

O debate sobre sustentabilidade no desenvolvimento tem suas origens na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, cujos princípios são reforçados pela ECO 1992 realizada na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a proposta de uma economia verde, que gerou uma grande polêmica por ocasião da realização da Conferência Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Um marco inicial importante nesse debate foi o relatório da Comissão Brundtland (1987), que concebe a sustentabilidade como um processo no qual a exploração e os usos dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estejam em harmonia com o meio ambiente e satisfaçam de forma equitativa as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

Ao incorporar a noção de sustentabilidade, o desenvolvimento passa a compatibilizar, como assinala Thornton (2006), dois novos conceitos: a saúde do meio ambiente e o respeito às igualdades intrageracionais e intergeracionais. O autor resume o desenvolvimento sustentável numa dialética combinatória do desenvolvimento ambiental – conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, promovendo atividades produtivas orientadas para a qualidade de vida – com o desenvolvimento social, compatível com os valores culturais, voltado à redução da pobreza e à construção de um mundo mais humano.

## 5. Desenvolvimento local

A construção de um paradigma de desenvolvimento mundial está associada ao aceleração do processo de globalização, cuja ação, segundo Sérgio Buarque (2002, p. 25), inclui integração econômica, formação de blocos regionais e de grandes redes empresariais que atuam em escala global. Paradoxalmente, afirma o autor, “nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento.”

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local se materializa no acesso das pessoas, não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões político/administrativas em suas comunidades (FRANCO, 2000). Pois, como assinala este autor, não basta crescer economicamente, é preciso garantir o acesso das pessoas, não apenas à renda, mas à riqueza, ao conhecimento e à capacidade de influir nas decisões públicas. Para Franco (2002), o desenvolvimento local constitui uma estratégia que favorece a conquista da sustentabilidade, na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis. Processo este que favorece, como ressalta Jara (2001), a participação dos atores locais na construção de uma nova cidadania, que inclui o bem-estar econômico, a preservação ambiental, a equidade social, a identidade cultural e o atendimento das necessidades humanas básicas.

O desenvolvimento local entendido como um “processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e grupamentos humanos” (BUARQUE, 2002, p.25). Além disso, o desenvolvimento local requer mudanças institucionais no sentido de aperfeiçoar a governança das instituições públicas locais que possibilitem investimentos sociais estratégicos para a localidade. A construção do desenvolvimento local sustentável exige, portanto, como assinala Buarque, a combinação de três condições essenciais: a qualidade de vida da população local, redução da pobreza, geração e distribuição da riqueza; a eficiência econômica, agregando valor à cadeia produtiva; e a gestão pública eficiente. A combinação desses fatores, como ressalta o autor, deve ser mediada pela “governança – transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos; pela organização da sociedade, orientando as políticas e os investimentos públicos; e pela distribuição de ativos sociais, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia” (BUARQUE, 2002, p. 27).

As críticas em torno dessas concepções de desenvolvimento local vêm sendo formuladas, destacando-se Oliveira (2001) e Bava (2003). Oliveira (2001) afirma que o conceito comumente atribuído ao desenvolvimento local é insuficiente, na medida em que parece omitir o caráter

conflituoso do processo de desenvolvimento, ao considerar a dinâmica social como um todo homogêneo. Para este autor, “O desafio do desenvolvimento local é dar conta dessa complexidade e não voltar as costas para ela” (OLIVEIRA, 2001, p. 1-2). Entretanto, apesar de observar a pertinência dessas críticas, há que se considerar que a teoria e as práticas do desenvolvimento local são processos ainda em construção.

## **6. O papel da comunicação no desenvolvimento local**

A nova concepção do desenvolvimento local e sustentável, combinada ao avanço tecnológico materializado nos atributos de mobilidade, portabilidade e acessibilidade dos dispositivos digitais, vem consolidando novas sociabilidades, novas sensibilidades, novas formas de ação política que não mantêm mais uma sintonia com as questões do desenvolvimento de épocas passadas. Isso coloca desafios sem paralelo à comunicação para o desenvolvimento.

Abramovay (2012) faz algumas reflexões úteis para observar o quanto as questões do desenvolvimento sustentável e as tecnologias da informação e comunicação acham-se imbricadas na perspectiva de mudar a face do mundo contemporâneo, chamando a atenção para a necessidade de um desenvolvimento sustentável que incorpore “a partilha e a distribuição dos recursos” (ABRAMOVAY, 2012).

Na nova proposta de construção do desenvolvimento local e sustentável, a comunicação tem um novo e fundamental papel para garantir ações, como mobilizar as populações para o aproveitamento dos recursos e energias endógenas; ampliar a capacidade de autogestão das populações envolvidas nos processos de desenvolvimento; estimular a participação das populações nas instâncias de representação política, como os conselhos municipais e redes sociais; garantir a oportunidade para que os projetos de desenvolvimento sejam resultado das aspirações das pessoas envolvidas; estabelecer parcerias entre organizações governamentais, não governamentais e populações locais; e, sobretudo, mobilizar as populações no sentido de garantir a sustentabilidade econômica, ambiental e social das ações do desenvolvimento.

## **7. A criação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local**

O Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da UFRPE foi criado em 2004, atento ao impulso significativo que tomou a comunicação para o desenvolvimento na última década, motivado pelas transformações suscitadas pela globalização da economia e da cultura e, sobretudo, pelas demandas da sociedade civil, materializadas no enfrentamento da pobreza e das novas formas de exclusão social nos contextos populares.

Assim, o programa volta-se ao ensino e à produção de conhecimentos capazes de viabilizar os processos de comunicação que atendam às demandas de inclusão social, como as questões ecológicas; de construção da cidadania; da gestão participativa municipal; da sustentabilidade ambiental nos territórios rurais; das novas ruralidades; das questões de gênero e das juventudes; das comunidades tradicionais contemporâneas, como agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas; da economia solidária; da segurança alimentar; do associativismo e cooperativismo; e da inclusão digital dos contextos populares.

Nos dez anos de sua existência, o Posmex produziu 112 dissertações nas suas duas linhas de pesquisa: Políticas e Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Local e Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. No que diz respeito especificamente à comunicação para o desenvolvimento, o Posmex produziu 47 dissertações (Gráfico 1) que, distribuídas, segundo os temas aqui estabelecidos, resultaram em 26% no tema *Mídias no Desenvolvimento Local e Regional*, que abriga estudos envolvendo jornais impressos, televisão, rádio comunitária, revistas e mídias sociais (*facebook*, *site* de jornais, *blogs*), no âmbito das organizações governamentais e não governamentais, que se ocupam do desenvolvimento local.

No tema *Culturas Populares Contemporâneas*, 23% dos trabalhos produzidos pelo Posmex contemplam das culturas populares da folkcomunicação às culturas populares contemporâneas. As abordagens incluem, principalmente, os estudos de recepção na perspectiva dos estudos culturais latino-americanos; as hibridizações culturais do massivo e do popular; e as apropriações políticas governamentais e não governamentais de desenvolvimento pelas populações rurais e pesqueiras socialmente desfavorecidas, além dos estudos envolvendo as manifestações artísticas das culturas tradicionais e o *folkmarketing*.

*Políticas Públicas e Comunicação para o Desenvolvimento* representa 23% do conjunto dos temas que aparecem nas dissertações analisadas. Neste tema, estão incluídos trabalhos sobre a cultura de folk, economia criativa, além de avaliações de políticas públicas para o desenvolvimento local em territórios quilombolas, associativismo e cooperativismo agropecuário, abordando desde as estratégias de comunicação para mobilização, até a sustentabilidade econômica de agricultores familiares diante dos mercados globalizados.

O tema *Comunicação e Juventude* aparece com 13% do total das dissertações e envolve questões, como formação para o trabalho com mídias (rádio e vídeo), gênero, educação do campo, recepção de programas governamentais por jovens do meio rural, apropriações da agricultura de base agroecológica por agricultores familiares e avaliações de políticas públicas para a juventude rural.

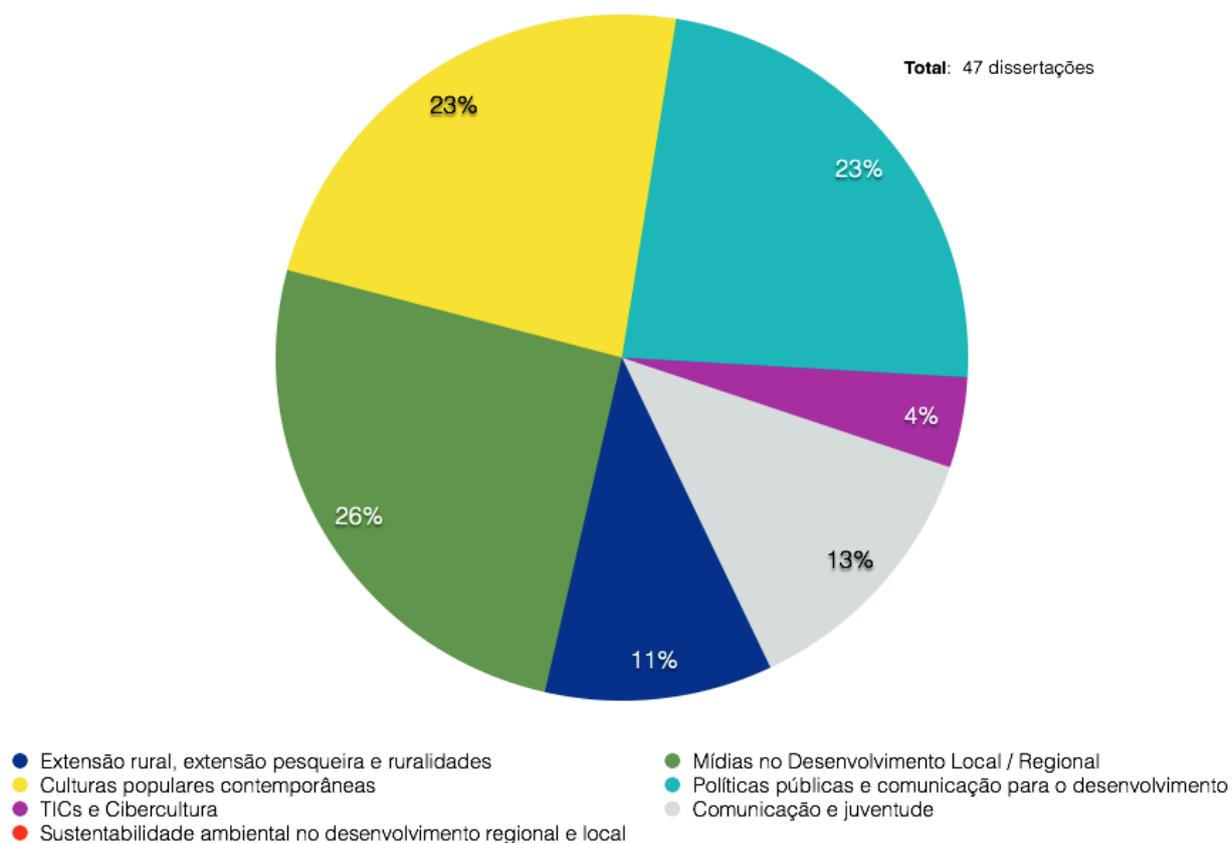
Turismo rural, artesanato, medicina popular, alfabetização de pescadores, participação em conselhos municipais de desenvolvimento são, entre outros segmentos contemplados pelo tema *Extensão Rural, Extensão Pesqueira e Ruralidades*, categorias em que estão inseridas 11% das dissertações.

A preocupação do Posmex nas abordagens da Extensão Rural e Pesqueira é no sentido de desconstruir os discursos atuais das políticas governamentais que, sob o pretexto do desenvolvimento local, reiteram, em muitos casos, os velhos modelos de desenvolvimento pautados na modernização tecnológica da agricultura e da pesca. No Posmex, são contempladas as novas ruralidades contemporâneas que compreendem as interações do agrícola e o não agrícola nos processos de desenvolvimento rural. Verifica-se, ainda, nessas dissertações, a preocupação em incorporar a noção de desenvolvimento local enquanto terreno de conflito social para além da noção de concertação defendida por alguns autores brasileiros e latino-americanos.

Finalmente, o tema *Tecnologias da Informação e Comunicação e Cibercultura* aparece de maneira tímida nas dissertações do Posmex (4%), embora esse campo de pesquisa constitua uma preocupação antiga de alguns pesquisadores. A razão para a existência de poucos trabalhos de dissertação, abordando o assunto, deve-se ao fato de que só recentemente vem crescendo o acesso das populações rurais a essas tecnologias, graças, principalmente, às políticas governamentais de inclusão digital. Escolas públicas, criação de telecentros, programas de Extensão Rural voltados à inclusão digital, entre outros, têm possibilitado aos contextos populares o acesso à cibercultura. Soma-se, a isso, o esforço das organizações não governamentais em incluir os contextos populares no universo digital. Processo de inclusão, facilitado pelo sistema de crédito e barateamento dos novos dispositivos tecnológicos da informação e comunicação.

As dissertações, que contemplam as TICs, discutem a inclusão digital como vetor de inclusão social, as apropriações de telecentros comunitários e das redes sociais pelos jovens rurais, e os usos dessas tecnologias em ambiente escolar público.

Gráfico 1 - Distribuição das dissertações, segundo temas, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005-2014)



## 8. A criação do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local

A proposta teórica do Posmex, ampliada pela adesão de pesquisadores no campo da comunicação para o desenvolvimento das diversas regiões do país e de alguns países estrangeiros, serviu de base para a criação na Intercom do GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, em 2009, na Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Este GP acha-se abrigado na divisão temática (DT) Comunicação, Espaço e Cidadania da Intercom.

Em seus cinco anos de funcionamento, o GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local pode ser considerado hoje um importante indicador para traçar um panorama das tendências da pesquisa em comunicação para o desenvolvimento do país.

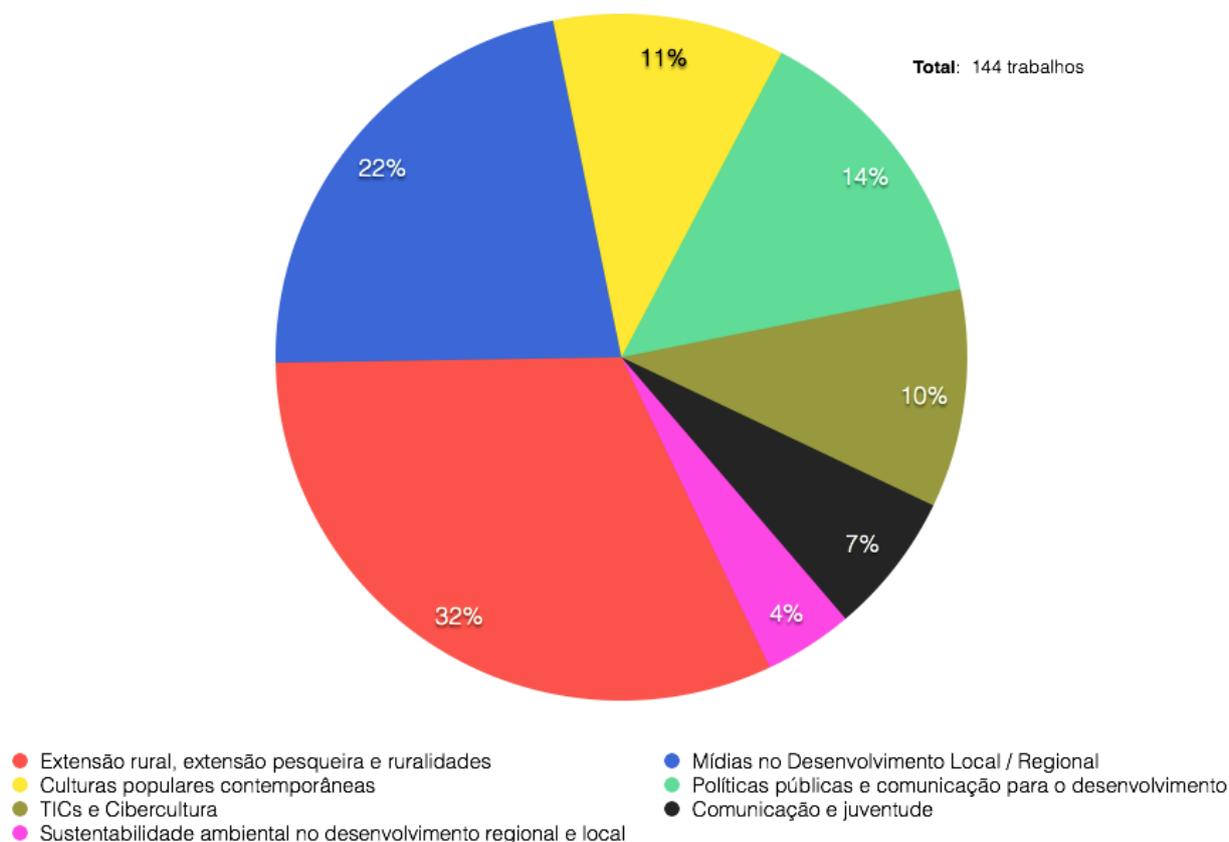
No período 2009-2013, observa-se, no Gráfico 2, que dos 144 trabalhos apresentados, 32% abordam o tema *Extensão Rural, Extensão Pesqueira e Ruralidades*, incluindo como modelo de comunicação para o desenvolvimento: novas ruralidades; economia criativa; associativismo; turismo rural; povos das águas; quilombolas; agricultura familiar, entre outros.

No tema *Mídias no Desenvolvimento Local e Regional*, os 22% dos trabalhos tratam das mídias impressas e audiovisuais, mídias regionais, estudos de recepção, agências de notícias, publicidade e cobertura fotográfica no contexto do desenvolvimento local e regional.

No que se refere ao tema *Políticas Públicas e Comunicação para o Desenvolvimento*, os trabalhos apresentados representam 14% do total do período considerado. Tema este que envolveu as ações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento regional e local. Os 11% dos trabalhos com o tema *Culturas Populares Contemporâneas* dizem respeito à produção e ao consumo cultural, às identidades quilombolas e indígenas, à mobilização comunitária, à cultura sertaneja e às apropriações das mídias.

Dos trabalhos, 10% estão voltados para a temática das *Tecnologias da Informação e Comunicação e Cibercultura*, na qual se encontram resultados de pesquisa no campo das identidades culturais, inclusão digital e redes sociais. No tema *Comunicação e Juventude* (7%), entre os assuntos discutidos, estão a educação no campo, a inclusão social e a economia criativa. Em *Sustentabilidade Ambiental no Desenvolvimento Regional e Local*, o percentual atingido foi de apenas 4%, compreendendo a questão amazônica, o desenvolvimento energético, os museus de ciência, a questão dos assentamentos de reforma agrária, usos das tecnologias sociais e comunicação comunitária.

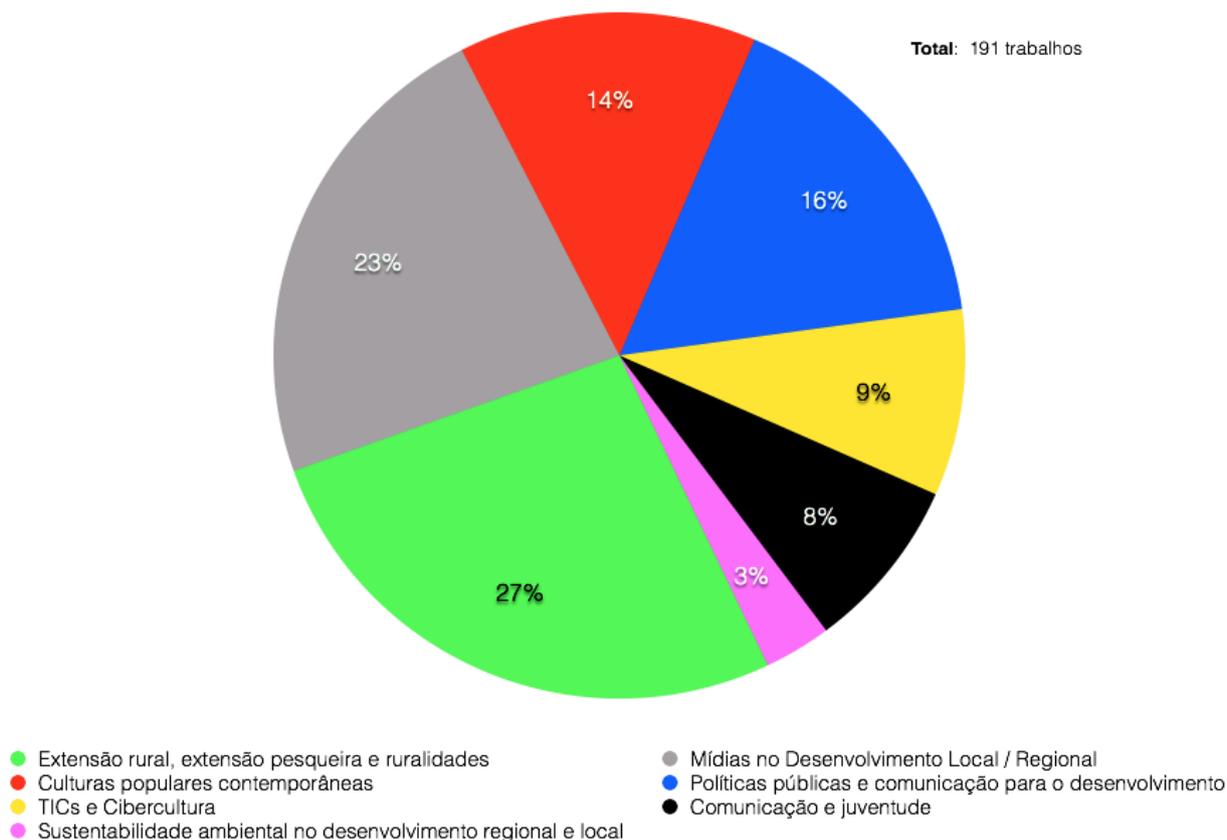
Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhos, segundo temas, do Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do Intercom (2009-2013)



Somadas as recorrências dos temas distribuídos nas dissertações que abordam a comunicação para o desenvolvimento no Posmex (2005-2014) e nos trabalhos apresentados no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (2009-2013), obtemos os seguintes resultados, vistos no Gráfico 3:

Num universo de 191 trabalhos analisados, 27% abordam o tema *Extensão Rural, Extensão Pesqueira e Ruralidades*; 23% tratam do tema *Mídias no Desenvolvimento Local e Regional*; 16% correspondem às *Políticas Públicas e Comunicação para o Desenvolvimento*; 14% referem-se ao tema *Culturas Populares Contemporâneas*; 9% das pesquisas voltam-se às *Tecnologias da Informação e Comunicação e Cibercultura*; 8% dos trabalhos envolvem o tema *Comunicação e Juventude*; e, finalmente, 3% dizem respeito à *Sustentabilidade Ambiental no Desenvolvimento Regional e Local*.

Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos, segundo temas, do do Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do Intercom (2009-2013) e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2005-2014)



Podemos considerar que esses dados constituem um relevante indicador para traçar um panorama das tendências da pesquisa em Comunicação para o desenvolvimento no Brasil e a partir deles algumas inferências podem ser realizadas:

- 1) A comunicação para o desenvolvimento no país volta-se significativamente para as realidades dos contextos populares e rurais;
- 2) Como era de se esperar, por se tratar de estudos de comunicação, as pesquisas envolvendo mídias representam uma fatia importante no conjunto dos temas analisados;
- 3) As políticas públicas e comunicação para o desenvolvimento representam um tema dos mais recorrentes, possivelmente em razão de que a comunicação para o desenvolvimento acha-se atrelada às ações das políticas públicas;
- 4) Um aspecto que chama atenção no estudo é a importância relativa ao tema Juventude que já ocupa 8% dos estudos de comunicação para o desenvolvimento analisado, reflexo da

ênfase que tem sido dada ao assunto pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), contemplada na Lei 12.188/2010.

Como pudemos observar no Gráfico 3, os temas menos abordados foram, além da juventude, as tecnologias da informação e comunicação (8%), assunto contemporâneo de grande apelo e, paradoxalmente, o tema da sustentabilidade ambiental (3%), cuja relevância acha-se nos discursos das agências governamentais e não governamentais e dos movimentos sociais populares.

### **Considerações finais**

Para finalizar, e sem a pretensão de trazer ideias conclusivas, gostaríamos de deixar duas questões para reflexão dos professores e pesquisadores da comunicação para o desenvolvimento no Brasil. Considerando que os problemas que desafiam o desenvolvimento do país no século XXI são exaustivamente conhecidos, que seus atores, vítimas da pobreza e da exclusão social estão por demais identificados, que estratégias de comunicação para o desenvolvimento, hoje voltadas para o desenvolvimento local, poderiam ser formatadas no sentido de viabilizar a ação do pesquisador para produzir um conhecimento que venha ao encontro dos movimentos sociais de homens, mulheres, jovens, negros, índios, quilombolas, agricultores familiares, povos das águas e das florestas, para construírem a inclusão social em todos os níveis? Um ponto de partida possível seria avançar nos temas em que a pesquisa identificou como menos recorrentes, a sustentabilidade ambiental e as tecnologias de informação e comunicação.

No que se refere à sustentabilidade ambiental, porque não é mais possível pensar o desenvolvimento sem considerar os impactos ambientais e sua repercussão no futuro; e as tecnologias da informação e comunicação, porque constituem hoje uma gramática imprescindível para que as populações de contextos sociais desfavorecidos produzam seus conteúdos, dando sequência às suas lutas emancipatórias.

### **Referências**

- ABRANOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- BAVA, Silvio Caccia. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol. 31, ago., 2003.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. *Comunicação e Sociedade*, m. 6, p. 5-35, set. 1981.
- BORDENAVE, Juan Díaz. *O que é comunicação rural?* São Paulo: Brasilense, 1983.
- BRAGA, Geraldo Magela; KUNSH, Margarida Krohling (Org.). *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa: UFV, 1993.

- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1999.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). *Comunicação rural, tecnológica e desenvolvimento local*. Recife: Bagaço, 2002.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Ciberextensão. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. *Extensão rural-extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento*. Recife: FASA, 2014, p. 677.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local In: TAUKE SANTOS, Maria Salett, CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). *Associativismo e desenvolvimento local*. Recife: Bagaço. 2006.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. *Extensão rural-extensão pesqueira: estratégias de comunicação para o desenvolvimento*. Recife: FASA, 2014, 692 p.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Políticas públicas e associativismo agrícola no nordeste do Brasil. *Revista da Rede Universitária das Américas em Estudos Cooperativos e Associados*, Sherbrooke, Canadá, vol. 6, n. 1, p.33-47, out. 2008.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *As ambiguidades da comunicação participativa: notas para um debate*. Recife, 1980 (Mimeo.).
- CIMADEVILLA, Gustavo (comp.). *Comunicación, tecnología y desarrollo: discusiones y perspectivas desde el sur*. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2002.
- CIMADEVILLA, Gustavo (comp.). *Comunicación, tecnología y desarrollo: debates actuales*. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2004.
- CIMADEVILLA, Gustavo (comp.). *Comunicación, tecnología y desarrollo: trayectorias*. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2008.
- DÍAZ BORDENAVE, Juan. *Aspectos e implicaciones políticas de La comunicación participativa*. Seminário latino-americano de Comunicación Participativa. Quito: Ciespal, 1978 (Mimeo.).
- FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2ª Ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JARA, Carlos J. *As dimensões intangíveis de desenvolvimento sustentável*. Brasília, IICA, 2001.
- MATTELTART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo: Ed Ciências Humanas, 1976.
- MELO, José Marques de. *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MELO, José Marques. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- PINTO, João Bosco. La Comunicación participatoria como pedagogia del cambio: fundamentos epistemológicos. *Caderno de Comunicações*, João Pessoa, a.2, n.1, p.7-17, 1980.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*, 2ª Ed., São Paulo, Cortez, 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

SILVA, José Graziano da. Por um programa agrário. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA* n. 2 vol. 23 maio/ago. 1993, p. 5-16.

TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). *Inclusão digital, inclusão social? Usos das tecnologias da informação e comunicação nas culturas populares*. Recife: Bagaço, 2009.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural-velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAUMEIGS, Divina; TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). *Comunicação e informação: identidades e fronteiras*. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. *Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa do programa Cecapas/Serta*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação ECA-USP).